

<u>Modelo relativo à relação de titulares de</u> <u>participação qualificada em sociedade desportiva</u>

Considerando, para efeitos do regime jurídico das sociedades desportivas, estabelecido pela Lei n.º 39/2023, de 4 de agosto, designadamente o disposto no seu artigo 22.º, n.º 1, que determina que "A relação dos titulares de participação qualificada, na aceção do Código dos Valores Mobiliários [que é igual ou superior a 5 %], em sociedade desportiva é comunicada às entidades fiscalizadoras [...]", e o n.º 2 do mesmo artigo, que especifica a informação que deve constar desta comunicação, na relação dos titulares de participação qualificada comunicada por uma sociedade desportiva ao Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ), deve constar:

 a) A identificação e discriminação das percentagens de participação e dos direitos de voto detidos por cada titular

b) A identificação e discriminação de toda a cadeia de pessoas e entidades a quem a participação deva ser imputada, independentemente da sua eventual sujeição a lei estrangeira, bem como a identificação do beneficiário efetivo dessa mesma sociedade¹, de acordo com os termos estabelecidos no artigo 30.º da Lei n.º

_

¹ Deverá ser anexado, a este documento, o "Registo Central do Beneficiário Efetivo" (RCBE).



83/2017, de 18 de agosto, que estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo

c) A indicação de eventuais participações, diretas ou indiretas, daqueles titulares noutras sociedades desportivas

Nota: As sociedades desportivas podem, ainda, anexar, a este documento (e recomenda-se que o façam), um organograma relativo à relação de titulares de participação qualificada.